

Formação técnica fortalece agricultura familiar e prepara jovens para atuar nas propriedades rurais em Rondônia

Estudantes de cursos técnicos voltados ao agronegócio estão se capacitando para atuar também na agricultura familiar. Com o objetivo de atender a demanda de alunos que buscam conhecimentos para aplicar na propriedade de suas famílias, o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Idep) conta com a disciplina Agricultura Familiar, ministrada nos cursos técnicos em Agroecologia, Agropecuária, Agronegócio e Zootecnia, ofertados na unidade executora da Instituição, em Pimenta Bueno, o Centro Técnico de Educação Rural (Centec Abaitará). **Página 08**



Pedágio eletrônico: entenda as regras para regularização de multas **Página 07**

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br

32 Anos



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5020 - Rondônia, fim de semana, 01, 02, 03 e 04 de Maio de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Dia do Trabalho tem origem em greve de operários nos EUA, em 1886

Governou deu prazo até 16 de novembro para pagamento e contestação **Página 04**

3

Programa de microcrédito rural impulsiona produção e renda de agricultores familiares em Rondônia



Foto: Divulgação

2

Assembleia aprova revisão salarial de 5% para servidores do Ministério Público



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Assembleia aprova revisão salarial de 5% para servidores do Ministério Público

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou, em sessão ordinária realizada na última terça-feira (28), o Projeto de Lei Complementar 196/2026, de autoria do Ministério Público do Estado de Rondônia, que concede revisão geral de 5% nos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados do órgão.

A matéria foi aprovada com 19 votos favoráveis e nenhum contrário. De acordo com o texto, a revisão terá efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2026. A revisão geral anual tem como objetivo recompor o poder de compra dos servidores diante da inflação. As despesas decorrentes da medida serão custeadas com dotações orçamentárias do próprio Ministério Público, suplementadas se necessário.

Conforme o estudo de impacto financeiro apresentado, a medida alcança servidores administrativos, inativos e comissionados. A estimativa de impacto para 2026 é de aproximadamente R\$ 4,9 milhões, considerando os efeitos a partir de maio. Para 2027 e 2028, o impacto anual projetado é de aproximadamente R\$ 6,9 milhões.

Reajustes

Além do Ministério Público, outros órgãos e Poderes tiveram projetos aprovados pela Alero neste ano com me-



didadas voltadas à valorização de servidores.

Em sessão ordinária realizada em 24 de março de 2026, os deputados estaduais aprovaram o Projeto de Lei Ordinária 1333/2026, de autoria do Tribunal de Justiça de Rondônia, que trata da recomposição salarial de 4,26% para servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário. A proposta foi convertida na Lei Ordinária 6.352, de 31 de março de 2026, com efeitos a partir de 1º de março de 2026.

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia também teve aprovado o Projeto de Lei Ordinária 1339/2026, que concede reajuste remuneratório de 5% aos servidores ativos e inativos com direito à paridade. A proposta foi aprovada em sessão extraordinária

realizada em 31 de março de 2026 e convertida na Lei Ordinária 6.353, de 1º de abril de 2026, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026.

Também em sessão ordinária realizada em 24 de março de 2026, a Assembleia aprovou o Projeto de Lei Complementar 186/2026, de autoria da Mesa Diretora, que concedeu reajuste de 5,5% aos servidores efetivos Assembleia Legislativa de Rondônia. A medida foi convertida na Lei Complementar 1.324, de 31 de março de 2026, com vigência a partir de 1º de março de 2026.

Benefícios e abonos

A Assembleia Legislativa também aprovou, em sessão extraordinária realizada em 6 de abril de 2026, o Projeto de Lei Ordinária 1350/2026, de

autoria coletiva, que cria auxílio-alimentação para empregados públicos e servidores em efetivo exercício no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte de Rondônia (DER/RO).

O benefício varia de R\$ 600 a R\$ 1.200 mensais. Conforme o texto aprovado, os efeitos financeiros passam a valer a partir de 1º de janeiro de 2026, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.

Na mesma sessão, também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar 191/2026, de autoria do Poder Executivo, que concede abono excepcional aos servidores ativos da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), nos cargos de Técnico Educacional e Analista Educacional. A proposta

foi convertida na Lei Complementar 1.326, de 6 de abril de 2026. O abono tem valor individual de R\$ 5 mil e será pago em parcela única, no mês de abril de 2026.

Sessões abertas à população

As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

Texto: Cristiane Abreu | Jornalista Secom ALE/RO
Foto: Rafael Oliveira | Secom ALE/RO

Deputado Luizinho Goebel parabeniza educação de Colorado do Oeste por reconhecimento nacional



O deputado estadual Luizinho Goebel (PL) recebeu em seu gabinete a equipe da educação de Colorado do

Oeste. Na ocasião, ele destacou o orgulho pelo reconhecimento conquistado pelo município no Prêmio Excelência com Equidade 2026.

Durante o encontro, o parlamentar parabenizou gestores, professores e toda

a equipe educacional pelo resultado alcançado, ressaltando que a conquista é fruto de muito trabalho, dedicação e compromisso com a qualidade do ensino público.

“Recebemos em nosso gabinete a equipe da educação de Colorado do Oeste. Parabenizamos todos pelo reconhecimento no Prêmio Excelência com Equidade 2026, fruto de muito trabalho, dedicação e compromisso com a educação de qualidade”, destacou o deputado. Luizinho Goebel tam-

bém reforçou a importância de valorizar profissionais da educação e apoiar iniciativas que fortaleçam o aprendizado nas escolas, reconhecendo o esforço diário de quem atua na formação das futuras gerações.

O prêmio evidencia os avanços obtidos pelo município e coloca Colorado do Oeste em destaque no cenário educacional, servindo de exemplo para outras cidades de Rondônia.

Texto e Foto: Assessoria Parlamentar



Programa de microcrédito rural impulsiona produção e renda de agricultores familiares em Rondônia

O acesso ao crédito rural ganhou um novo impulso na Zona da Mata rondoniense. Na segunda-feira (27), o governo de Rondônia lançou oficialmente o programa Microcrédito Rural – Pronaf B, uma iniciativa que amplia oportunidades para agricultores familiares investirem na produção e melhorarem a renda com condições facilitadas. A ação é fruto da parceria entre a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater-RO) e o Banco da Amazônia (Basa) na região, reforçando o alinhamento entre as instituições para a execução da política pública de desenvolvimento rural.

Voltado principalmente para agricultores fami-

liares, o Pronaf B também contempla povos indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais. A linha de crédito oferece juros reduzidos de 0,5% ao ano, prazo de até 24 meses para pagamento e bônus de adimplência de 40% para quem quitar as parcelas em dia. Os limites de financiamento são de até R\$ 15 mil para mulheres, R\$ 12 mil para homens e R\$ 8 mil para jovens, garantindo inclusão e incentivo a diferentes perfis dentro da agricultura familiar.

O governador de Rondônia, Marcos Rocha, ressaltou a importância e o impacto social e econômico da ação para o estado e para as famílias rurais. “O fortalecimento da agricultura fa-

miliar passa pelo acesso ao crédito e à assistência técnica, garantindo dignidade, desenvolvimento regional e mais oportunidades para as famílias rurais.”

ORIENTAÇÃO ESPECIALIZADA

Mais do que o acesso ao recurso financeiro, o programa se destaca pela integração com a assistência técnica. Os beneficiários contarão com orientação especializada desde a contratação até a aplicação do crédito, assegurando melhores resultados produtivos.

O diretor-presidente da Emater-RO, Hermes José Dias Filho, destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento rural. “Estamos oferecendo con-

dições reais para que o agricultor produza melhor, com acompanhamento técnico e segurança, fortalecendo a agricultura familiar e gerando renda no campo.”

Para o gerente do Banco da Amazônia da região de Rolim de Moura, Fernando Madureira, a parceria com o governo de Rondônia é essencial para que o crédito rural seja bem aplicado e reduza os riscos para o produtor rural. “Nós destacamos um profissional para prestar suporte e colocamos a agência como parceira nesse processo, para que possamos buscar soluções em conjunto e esclarecer quaisquer dúvidas”, frisou.

DESENVOLVIMENTO RURAL

A iniciativa é importan-

te para a consolidação da agricultura familiar, contribuindo na geração de renda e oportunidades a quem produz, pois integra o conjunto de políticas públicas do governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri) e da Emater-RO, voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável em Rondônia. Os interessados em acessar o microcrédito devem procurar o escritório local da Emater-RO em seu município para obter orientações e iniciar o processo.

Texto: Wania Ressutti

Fotos: Paulo Henrique Custódio e Assessoria

Emater

Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000033993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editagalagazeta@gmail.com

Filiado a:

AJD-RO Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Dia do Trabalho tem origem em

O Dia Internacional do Trabalhador, também conhecido como Dia do Trabalhador ou Dia do Trabalho, comemorado anualmente em 1º de maio, é feriado em muitos países.

A data tem origem na greve geral iniciada por trabalhadores norte-americanos em 1º de maio de 1886, em Chicago, que reivindicavam melhores condições de trabalho, principalmente a redução da jornada que chegava a 17 ou 16 horas por dia para 8 horas diárias. A greve resultou em confrontos violentos entre trabalhadores e polícia, resultando na morte de manifestantes e também de policiais.

O reconhecimento internacional ocorreu durante o congresso socialista Segunda Internacional, em Paris, em 1889, que convocou uma manifestação internacional para 1º de maio de 1890, consagrando a data como dia de luta pela conquista da jornada de trabalho de 8 horas/dia e em memória aos operários mortos de Chicago.

“Aí, tornou-se uma efeméride mundial. A partir daí, os países e os trabalhadores foram adotando essa data, cada um de um jeito. Mas, de forma geral, o significado é confronto. Era um dia de greve, um dia de luta, porque o patronato não queria absorver isso. Entendia que era custo a redução de trabalho”, disse à Agência Brasil o professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Bernardo Kocher.

Naquele momento, a indústria estava trocando a produção: a remuneração por peça, passava a ser de remuneração por carga, ou seja, por hora trabalhada.

“Então, era possível reduzir a jornada, mas os patrões não queriam isso, porque era aumento de custo: menos trabalho e mesmo salário. Implicava diminuir jornada, mas não o salário.”

A produção ia diminuir, porque eram menos horas trabalhadas e o custo continuaria igual. Então, os trabalhadores lutavam, através de um dia de greve, como forma de manifestar a viabilidade de sua reivindicação.

Kocher explicou que com menos horas de trabalho, o operário teria condições de trabalhar melhor e isso resultaria em mais emprego, mais consumo. “Foi uma batalha um tanto, digamos, física. Em alguns lugares, era confronto com a polícia enquanto uma coisa simbólica, de narrativa, para que a lógica dos trabalhadores se sobrepusesse à lógica do capitalismo”.

No Brasil

Ao contrário das informações que remetem a oficialização do Dia do Trabalho no Brasil a 1924, com o início da celebração da data em 1925, pelo então presidente Artur Bernardes, o professor de História da UFF assegurou que o feriado começou em 1890, junto com a proclamação da República.

“Eu fiz uma dissertação de mestrado sobre 1º de maio no Rio de Janeiro e constatei isso: 1890. O significado no Brasil, porém, foi diferente, afirmou o professor. Não foi de confronto. Por isso, dá impressão que não existiu. Foi uma coisa de cidadania, de manifestação do direito republicano.”

“A classe operária era muito segmentada. Mal comparando, é como o povo das comunidades, que hoje é segmentado. Então, ninguém sabe o que acontece lá, não tem serviço. A classe operária era quase um gueto. Os operários se esforçavam para serem cidadãos, mas isso foi em 1890”. Quando ocorreu o 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906, os anarquistas sindicalistas conseguiram mudar o significado. Aí passou a ser um dia de greve, um dia de guerra, um dia de luta de classes.”



Na década de 1920, os comunistas ocuparam o lugar dos anarcossindicalistas e começaram também a associar com a revolução. Isso foi até os anos de 1930, quando ocorreu a Revolução liderada por Getúlio Vargas. “Aí, o Estado começou a se voltar para a questão do trabalho”.

Nos anos de 1938 e 1939, foi a proibida a comemoração como dia de greve e só em 1940 foi decretada a data como feriado. Segundo o professor Kocher, foi aí que o movimento operário perdeu a capacidade de monopolizar o significado do 1º de maio. “O presidente Getúlio falava: Não precisa mais ser dia de greve, nós já estamos fazendo a legislação”.

E, então, a data deixou de ser Dia do Trabalhador para ser Dia do Trabalho.

Significado

Ao longo dos anos, Bernardo Kocher concluiu que a data passou a significar quase nada. “Tanto que isso já foi dito várias vezes e você tem que fazer entrevista, porque a cultura se perdeu. Eu não sei de nenhuma manifestação operária. Sei que é feriado e assim ficou.”

Na concepção do professor da UFF, o próprio mundo do trabalho mudou muito no decorrer do tempo. A jornada de 8 horas foi incorporada.

“A classe operária perdeu protagonismo com a intervenção estatal na economia e no mundo do trabalho. Isso em todo o planeta. E foi perdendo o significado”. Hoje, o número de trabalhadores industriais em relação à população economicamente ativa é bem me-

nor do que era na época das lutas operárias. Vários setores industriais vêm usando tecnologia, flexibilização, importam partes da China, e isso acabou modificando totalmente o conteúdo da classe operária, manifestou Kocher. “E se perdeu um pouco essa memória coletiva. Se não fosse feriado, ninguém praticamente ia se preocupar”.

Jornada 6x2

Ao ser indagado sobre o projeto de redução da jornada de trabalho 6x2, Bernardo Kocher avaliou que se trata da mesma discussão do 1º de maio. “É igualzinho. Eu li os jornais da época (do início da República) e estou vendo a mesma palavrória. Os argumentos são os mesmos”.

Ele destacou que a produtividade hoje é imensa e o empresário tem mil recursos

greve de operários nos EUA, em 1886



para aumentar a produtividade, mas não quer ceder.

Segundo o professor, embora um dia a menos de trabalho se faça necessário para a vida humana, mas não para o capital, o empresário não quer assumir.

“Ele quer que o Estado assuma, alega que tem que cortar benefícios dos trabalhadores, cortar o salário principalmente. A última análise é isso aí, diminuir o salário. É a mesma situação.”

No passado, com a redução da jornada para 8 horas/dia, o trabalhador produziu mais e melhor, houve mais emprego, mais consumo. “Então, se perde por um lado, ganha pelo outro. Isso só ocorreu no passado com a intervenção do Estado obrigando. Foi uma ditadura (Getulio Vargas) que obrigou, porque todo o mundo

já estava fazendo isso. A Revolução Russa, por exemplo, ameaçou e obrigou os empresários a cederem”. Segundo expressou, os governos tiveram que entrar na questão “porque não ia ter auto-regulamentação nenhuma”.

A Reforma da Previdência de 2019, que foi o principal projeto da equipe do ministro Paulo Guedes, na gestão do então presidente Jair Bolsonaro, consolidou na Constituição Federal que a aposentadoria compulsória para servidores públicos (União, Estados e Municípios) ocorra automaticamente aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais.

Na avaliação de Bernardo Kocher, a emenda provocou a perda de direitos trabalhistas ao dar aos em-

presários a opção de demitir os trabalhadores celetistas com 75 anos de idade sem direito a receber indenização pelo tempo trabalhado, nem à multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

“Eles estão há décadas cortando direitos, porque o mundo do trabalho mudou muito. O mundo hoje é de serviços. A competição é global, a China produz tudo muito mais barato. Então, se a classe trabalhadora está vulnerável, essa legislação (da emenda Paulo Guedes) passa”.

Para o professor da UFF, a perspectiva para o trabalho não é nada boa. “Hoje, o mercado domina o mundo do trabalho. E isso leva à precarização, leva à pejotização (contratação de pessoas jurídicas), à redução de

salários e o Estado não quer intervir mais na economia.”

Sociologia do trabalho

Na ótica do professor de Sociologia do Trabalho do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Marco Santana, o 1º de Maio mantém um significado profundamente político, ainda que seu sentido tenha se transformado ao longo do tempo.

“É, como se diz, dia de luta e luto. Ele surgiu no final do século 19 como um dia de luta, ligado à memória das greves operárias de 1886 em Chicago, que reivindicavam a jornada de oito horas e foram violentamente reprimidas.”

De acordo com Santana, desde então, o 1º de Maio simboliza a afirmação de que os direitos trabalhistas não são concessões naturais do progresso ou mesmo das classes dominantes, mas conquistas obtidas por meio de lutas, conflito social e organização coletiva.

Ao longo do século 20, o dia, marcado por um feriado, acompanhou a consolidação dos direitos do trabalho em muitos países, por meio de legislação trabalhista, sindicatos reconhecidos, previdência social e limites à jornada. Em vários contextos, porém, esse caráter combativo acabou por ser institucionalizado.

“O 1º de Maio passou a ser celebrado como data cívica, com cerimônias oficiais e discursos, muitas vezes esvaziando sua dimensão de protesto e de críticas ao capitalismo”, disse, em entrevista à Agência Brasil.

Marco Santana observou, entretanto, que no século 21, o significado do 1º de Maio volta a se tensionar. “As transformações recentes do mundo do trabalho — como a precarização, a informalidade, o trabalho por aplicativos, o enfraquecimento sindical e a redução drástica de direitos laborais — recol-

cam o 1º de Maio como um dia de denúncia e reinvenção das lutas trabalhistas”.

Ao mesmo tempo, as pautas se ampliaram. “Não se trata apenas e somente do emprego industrial clássico, mas também do trabalho de cuidado, do trabalho racializado, das questões ambientais e da relação entre trabalho, tecnologia e vida. A luta contra a escala 6x1, por vida além do trabalho, por exemplo, é uma pauta central e inescapável nesse 1º de Maio em nosso país”.

No entender do professor do IFCS/UFRJ, o 1º de Maio expressa hoje uma dupla dimensão: é memória histórica das lutas que fundaram direitos sociais e, simultaneamente, um alerta sobre sua fragilidade. “Mais do que comemorar conquistas passadas, o feriado reafirma que o direito ao trabalho digno, ao tempo livre e à vida para além da mercantilização continua sendo uma questão aberta e disputada”.

Outras datas

Nos países onde o dia 1º de maio não é feriado oficial, são organizadas manifestações nesta data, em defesa dos trabalhadores. Por outro lado, algumas nações celebram o Dia do Trabalhador em outras datas.

Um exemplo é a Nova Zelândia, que celebra o Dia do Trabalho na quarta segunda-feira de outubro, em homenagem à luta dos trabalhadores locais, que levou à adoção da jornada de 8 horas diárias, antes da greve geral que resultou no massacre nos Estados Unidos.

Na Austrália, o Dia do Trabalho varia de acordo com a região. Já os Estados Unidos e o Canadá celebram o Dia do Trabalho na primeira segunda-feira de setembro. Nos Estados Unidos, a escolha teria como objetivo evitar associar a festa do trabalho com o movimento socialista, então com alguma relevância no país.

Fonte: Agência Brasil

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
 O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 22.855.167/0001-77, representado neste ato pelo Srº Edilson Crispin Dias, torna público para conhecimento dos interessados que ADJUDICA e HOMOLOGA a presente Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por LOTE, autos do Processo Licitatório nº 1476/Semed/2026, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, sendo vencedor do certame a empresa: UIRAMUTA TRANSPORTES LTDA, inscrito no CNPJ nº 00.378.571/0001-64, no valor montante de R\$ 6.088.155,60 (Seis milhões oitenta e oito mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).
 São Miguel do Guaporé/RO, 28 de abril de 2026
Edilson Crispin Dias
Prefeito Municipal

Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO
CONTRATUAL DE PRAZO DE VIGÊNCIA
 CONTRATO Nº 25/2025
 PROCESSO Nº: 275/2025
 CELEBRAÇÃO: 29/04/2026
 PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO/RO por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 08.987.945/0001-50 e a empresa Gente Seguradora Sa, inscrita no CNPJ Nº 90.180.605/0001-02.
 INTERVENIENTE: Secretária Municipal de Saúde.
 OBJETO: Contratação de seguro total para os veículos Secretária de Saúde.
 VALOR: R\$ 6.455,76 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).
 PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da emissão da nova apólice de seguro. Nota de Empenho Ordinário Nº 578/2026 de 23/04/2026.
 Nova União - RO, 29 de abril 2026.
João José de Oliveira
Prefeito

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO
ELETRÔNICO Nº 002/2026/SLC
PROCESSO Nº 1470/SEMUSA/2026
 O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pela Portaria 264/GAB/PMB/2025, torna pública a realização do CREDENCIAMENTO. Tendo como objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de coleta, processamento, análise e disponibilização de resultados de exames laboratoriais de análises clínicas, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Buritis/RO. Valor estimado: R\$ 718.823,95 (setecentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos). Início do credenciamento será do dia 29/04/2026 até o dia 29/04/2031, endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.
 Buritis – RO, 29 de abril de 2026.
Verônica da Silva Apolinário
Agente de Contratação

Salário médio do trabalhador amplia recorde e chega a R\$ 3.722

O rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro alcançou R\$ 3.722 no primeiro trimestre de 2026. Esse valor representa acréscimo real – já descontada a inflação – de 5,5% em relação ao registrado no mesmo período de 2025. É o maior registrado em toda série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012.

O trimestre encerrado em março é o segundo consecutivo em que o salário médio supera a casa dos R\$ 3,7 mil. No período de três meses terminado em fevereiro, o rendimento foi de R\$ 3.702. Na comparação com o quarto trimestre de 2025, quando o valor era de R\$ 3.662, houve expansão de 1,6%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

A pesquisa do IBGE coleta informações de dez grupos de atividades. Em oito deles, o rendimento médio ficou estável (sem variação significativa). Em dois, houve aumento médio de salários: no comércio, alta de 3% (mais R\$ 86); na administração pública, 2,5% (mais R\$ 127).

Causas A coordenadora de pesquisas domiciliares do

IBGE, Adriana Beringuy, considera que parte desse rendimento recorde pode ser atribuída ao aumento do salário mínimo, no começo de janeiro, fixado em R\$ 1.621.

“Pode ter uma participação já dessa questão do reajuste do salário mínimo, que é uma recomposição e até ganhos reais [acima da inflação].”

No entanto, a analista destaca outro fator: no primeiro trimestre de 2026 houve redução de 1 milhão de pessoas na quantidade de trabalhadores ocupados em comparação com o quarto trimestre de 2025.

A diminuição do contingente foi mais concentrada em trabalhadores informais, que ganham menos.

“Então, a média de rendimento dos que estão ocupados nesse primeiro trimestre de 2026, comparativamente, é maior que a média de rendimento do quarto trimestre”, completa.

Rendimentos A pesquisa do IBGE mostrou ainda que a massa de rendimento dos trabalhadores ficou em R\$ 374,8 bilhões, também a maior já apurada na série histórica.

Esse montante é o somatório dos salários de todos os trabalhadores, dinheiro que acaba sendo usado para consumo, pagamento de dívidas, investimentos e poupança.

Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a massa salarial cresceu 7,1% acima da inflação. Isso representa, no total, R\$ 24,8 bilhões a mais na mão dos trabalhadores no intervalo de um ano.

Previdência O IBGE identificou que a parcela de pessoas contribuintes para fins de previdência no primeiro trimestre de 2026 ficou em 66,9% dos trabalhadores ocupados.

Esse é a maior proporção já registrada pela pesquisa e representa 68.174 milhões de trabalhadores protegidos socialmente. Ao contribuir para institutos de previdência, o trabalhador adquire garantias, como aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte.

O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de previdência oficial federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal.

De acordo com Adriana Beringuy, a explicação para o recorde de participação está na queda da informalidade. “Os informais contribuem menos para a previdência.”

No trimestre encerrado em março, a taxa de informalidade foi de 37,3% da população ocupada, o que equivale a 38,1 milhões de trabalhadores informais, ou seja, sem direitos trabalhistas garantidos.

No fim de 2025, a taxa era de 37,6%, enquanto no primeiro trimestre de 2025 era 38%.

O IBGE esclarece que um trabalhador informal (por exemplo, um conta própria sem CNPJ) pode ser contribuinte individual do INSS.

Desemprego menor A Pnad é o principal retrato do emprego no país e apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

No primeiro trimestre do ano, a taxa de desemprego ficou em 6,1%, a menor já registrada para o período.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

Fonte: Agência Brasil

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE
COMPRAS E LICITAÇÕES-SUMPEL
AVISO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
E HOMOLOGAÇÃO
 O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento dos interessados, que ADJUDICA e HOMOLOGA a Concorrência Eletrônica nº 001/2026/SUMPEL, critério de julgamento menor preço Global, processo licitatório nº 1897/SEMESC/2026, referente ao Termo de Convênio nº 231/PGE/2021/SEOSP, cujo objeto é Contratação de Empresa Pessoa Jurídica, Especializada em Construção Civil para a Execução da 2ª Etapa da Construção de Arquibancada e Praça no Estádio Municipal (CHUPINZÃO), tudo em conformidades com as regras estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, sendo vencedor: MF ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 51.651.437/0001-26, no valor montante a ser HOMOLOGADO de R\$ 961.000,00 (Novecentos e sessenta e um mil reais).
 São Miguel do Guaporé/RO, 20 de abril de 2026.
Edilson Crispin Dias
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI - RO
AVISO DE LICITACAO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 006/2026
PROCESSO N. 0004010.23.01-2025
 A prefeitura através da SML, tonar publico aos interessados, de acordo com a Lei 14.133/21, que realizará licitação de forma ELETRÔNICA, com método de disputa ABERTO, por MEMOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO por LOTE (% Global): OBJETO: Contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de comuns (FORNECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO) dos servidores através do CARTÃO ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO COM CHIP, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - PMCJ/RO, conforme Termo de Referência. Valor Total Estimado R\$ 4.500.000,00. Data de Abertura: 18 de Maio de 2026, início às 10h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: https://www.licitanet.com.br/; Portal Transparência da Prefeitura Municipal e PNCP, qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br. Candeias de Jamari – RO, 30 de Abril de 2026.
RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeira – SML/PMCJ/RO
Portaria n. 664/2026

A Gazeta
 de Rondônia
32 Anos
LIGUE
3311-3714
Divulgação de Editais,
Pedidos de Licença Ambiental
e outras Publicações Legais

Pedágio eletrônico: entenda as regras para regularização de multas

Com a suspensão de mesmo em dias diferentes 3,4 milhões de multas de as multas não obedecem pedágio eletrônico pelo a mesma lógica e pen- Governo Federal quem foi dências diferentes podem afetado pode regularizar gerar autuações distintas. sua situação, mas a situ- Também é importante ação não é automática e não deixar passar o prazo exige ação direta de quem de quitação, que é 30 dias foi multado. após passar o trecho que tem a cobrança eletrônica.

Como em qualquer processo de regularização é importante ter registro de comprovantes de paga- mento e checar a situação de sua Carteira Nacional de Habilitação após os passos. Outro ponto im- portante é o prazo: a sus- pensão é válida por 200 dias, até 16 de novembro. Após essa data quem não regularizar sua situação poderá ser autuado nova- mente.

Atente também para o fato de que cada autu- ação por evasão deve ser tratada de forma indepen- dente. Embora algumas concessionárias permitam agrupar o pagamento de cobranças em trechos e

taduais a referência são os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans). Você deverá recorrer da multa.

Se você não pagou a multa deve esperar a bai- xa dos pontos no sistema. O aplicativo CNH Digital é uma boa referência para acompanhar se a pontu- ação foi retirada da sua carteira.

Caso já tenha pago a multa você tem direito a pedir o valor de volta. Esse pedido ocorre dependen- do novamente do órgão que emitiu a multa. Para estradas federais é possí- vel pedir o reembolso pelo portal Gov.br. Nos estadu- ais é importante procurar a referência nos sites, po- dendo ser via Detran ou Secretaria da Fazenda). Lembrando que ele não é automático, a correção e devolução depende da iniciativa de quem foi mul- tado.

Um fator importante para a devolução é com-



provar que você pagou a multa. Vale comprovante bancário, guia quitada, mas tem de ser um do- cumento bancário oficial e precisará ser enviado, normalmente digitaliza- do. Também é possível enviar cópias físicas, em agências dos correios ou

postos presenciais de atendimento das secreta- rias ou Detrans, mas será necessário se informar de prazos e exigências dos órgãos. Após o pedido é im- portante acompanhar os processos. Guarde pro- tocolos e consulte-os re-

gularmente. Não há um prazo estabelecido para a resposta dos órgãos, que podem pedir documentos adicionais ou mesmo novo envio, caso falem dados importantes ou haja pro- blema para identificar os dados nos comprovantes.

Fonte: Agência Brasil

ESTADO DE RONDÔNIA COMARCA DE CACOAL
2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACOAL
Alex Sandro Bortolin Lisboa - Oficial Titular
Av. Sete de Setembro, 2772 - Bairro Princesa Isabel
CEP: 76964-094 - Fone: (69) 3443-3662

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias

Título: CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, MÚTUO E ALIENAÇÃO EM GARANTIA NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL FGTS/PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - CCFGTS/PMCMV - SFH COM UTILIZAÇÃO DO FGTS DOS DEVEDORES, sob nº 8.4444.1178304-2

Classe: NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Notificante: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.

Notificado: JAQUELINE MACIEL VIEIRA CARVALHO, CPF ***.630.712-**

Endereço(s): Avenida São Paulo, 3.715, Bairro Jardim Clodoaldo, nesta cidade.

Finalidade: Na qualidade de Oficial Titular do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cacoal/RO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 26 da Lei Federal nº 9.514/97, bem como pela Credora, nos termos do Contrato, em epígrafe, garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, registrado sob nº R-04, da Matrícula nº 526 neste Ofício, com saldo devedor sob responsabilidade de JAQUELINE MACIEL VIEIRA CARVALHO, venho intimar-lhe, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas ao (s) encargo (s) do referido contrato.

1) Informo ainda, que o valor deste(s) encargo(s), está sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargos(s) que vencer (em) no prazo desta intimação.

2) Com fulcro no Art. 26, §4º, da Lei Federal nº 9.514/97, procedo à INTIMAÇÃO de V. Sª, para que se dirija a este 2º Ofício de Registro de Imóveis, situado na Av. Sete de Setembro, 2.772, Bairro: Princesa Isabel, Cacoal-RO, no horário de funcionamento de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 08:00h às 15:00h, onde deverá efetuar a purga do débito do referido contrato, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

3) Nesta oportunidade, fica V. Sª cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ 00.360.305/0001-04 - nos termos do Art. 26 §7º da Lei Federal 9.514/97.

Cacoal-RO, 24 de abril de 2026.

Alex Sandro Bortolin Lisboa
Oficial Titular
Assinado eletronicamente.

ESTADO DE RONDÔNIA COMARCA DE CACOAL
2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACOAL
Alex Sandro Bortolin Lisboa - Oficial Titular
Av. Sete de Setembro, 2772 - Bairro Princesa Isabel
CEP: 76964-094 - Fone: (69) 3443-3662

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias

Título: CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, MÚTUO E ALIENAÇÃO EM GARANTIA NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL FGTS/PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - CCFGTS/PMCMV - SFH COM UTILIZAÇÃO DO FGTS DOS DEVEDORES, sob nº 8.4444.1178304-2

Classe: NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Notificante: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.

Notificado: MARCOS ALVES DE CARVALHO, CPF ***.996.502-**

Endereço(s): Avenida São Paulo, 3.715, Bairro Jardim Clodoaldo, nesta cidade.

Finalidade: Na qualidade de Oficial Titular do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cacoal/RO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 26 da Lei Federal nº 9.514/97, bem como pela Credora, nos termos do Contrato, em epígrafe, garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, registrado sob nº R-04, da Matrícula nº 526 neste Ofício, com saldo devedor sob responsabilidade de MARCOS ALVES DE CARVALHO, venho intimar-lhe, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas ao (s) encargo (s) do referido contrato.

1) Informo ainda, que o valor deste(s) encargo(s), está sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargos(s) que vencer (em) no prazo desta intimação.

2) Com fulcro no Art. 26, §4º, da Lei Federal nº 9.514/97, procedo à INTIMAÇÃO de V. Sª, para que se dirija a este 2º Ofício de Registro de Imóveis, situado na Av. Sete de Setembro, 2.772, Bairro: Princesa Isabel, Cacoal-RO, no horário de funcionamento de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 08:00h às 15:00h, onde deverá efetuar a purga do débito do referido contrato, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

3) Nesta oportunidade, fica V. Sª cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ 00.360.305/0001-04 - nos termos do Art. 26 §7º da Lei Federal 9.514/97.

Cacoal-RO, 24 de abril de 2026.

Alex Sandro Bortolin Lisboa
Oficial Titular
Assinado eletronicamente.



Formação técnica fortalece agricultura familiar e prepara jovens para atuar nas propriedades rurais em Rondônia

Estudantes de cursos técnicos voltados ao agronegócio estão se capacitando para atuar também na agricultura familiar. Com o objetivo de atender a demanda de alunos que buscam conhecimentos para aplicar na propriedade de suas famílias, o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Idep) conta com a disciplina Agricultura Familiar, ministrada nos cursos técnicos em Agroecologia, Agropecuária, Agronegócio e Zootecnia, ofertados na unidade executora da Instituição, em Pimenta Bueno, o Centro Técnico de Educação Rural (Centec Abaitará).

A agricultura familiar é um tipo de agricultura praticada em pequenas proprie-

dades de terra, nas quais mais da metade da mão de obra é formada por membros de um mesmo grupo familiar. Essa família é a responsável pela gestão do estabelecimento familiar e, além disso, parte de sua renda advém das atividades ali desenvolvidas.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

No cenário rondoniense, um dos avanços nesse contexto é o Sistema de Gerenciamento de Ater (Sigater), que está sendo replicado em outros estados. Trata-se de um banco de dados moderno que permite atendimento rápido e preciso, bem como a tomada de decisões estratégicas.

O governador de Rondônia,

Marcos Rocha, salientou que o desenvolvimento agrícola é crescente no estado e por esse motivo, a qualificação da mão de obra no campo vem se expandindo nos últimos anos. “A forte vocação de Rondônia para o agronegócio nos motiva a investir cada vez mais na cadeia produtiva desse importante segmento econômico.”

Diante desse terreno fértil de oportunidades, jovens rondonienses que cresceram no campo acompanhando o empreendedorismo dentro de casa, se matriculam no Centec Abaitará com o objetivo de obter conhecimentos para se dedicar aos negócios da família. Ao frequentarem as aulas de Agricultura Fa-

miliar, os alunos trabalham temas que vão lhe orientar nesse propósito tais como:

Fundamentos e Conceitos

Gestão e Planejamento Produção Sustentável

Políticas Públicas e Comercialização

Mecanização e Tecnologias

No 1º ano do Curso Técnico em Agronegócio, Jocilene Ferreira de Rezende, 14 anos, já tem planos de ajudar os pais na propriedade rural da família, que tornou-se um dos poucos comércios da localidade de Seringal na zona rural de Espigão do Oeste. “Nossa propriedade tem várias plantações e criação de animais”, diz a estudante, acrescentando que a mãe comercializa a produção na própria casa e quando há feiras na comunidade.

tando que a mãe comercializa a produção na própria casa e quando há feiras na comunidade.

A presidente do Idep, Adir Josefa de Oliveira, destacou que um dos princípios da educação profissional é fomentar o desenvolvimento econômico e social, o que na sua avaliação, aplica-se no fortalecimento das ações que visam contemplar a agricultura familiar. “É satisfatório acompanhar a formação de jovens que buscam uma carreira de sucesso, ocupando uma vaga de emprego ou se dedicando ao próprio negócio.”

Texto: João Albuquerque

Fotos: João Albuquerque

Secom - Governo de Rondônia



AMATUR

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+de 20
destinos
pela Amazônia

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**